



UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA E DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Ana Paula Macêdo da Costa ¹
Suiane Magalhães Tavares ²
Valéria Lucas de Araújo ³

RESUMO

O presente artigo propõe-se a discutir o conceito de deficiência desde a perspectiva teórica de Vigotski perpassando pelo Modelo Social de Deficiência, considerando também a noção de estigma trazido por Goffman a fim de compreender, em especial, como os deficientes auditivos estão inseridos no cenário atual. A construção deste estudo, portanto, considerou produções bibliográficas que versam sobre a visão da Psicologia e da Pedagogia sobre o fenômeno da deficiência auditiva e sobre a evolução histórica da construção dentro desse campo. Ao longo dos anos as concepções acerca da deficiência sofreram modificações e tais mudanças conduziram para a construção de um novo modelo sobre deficiência. Nesse contexto, a produção e divulgação desse estudo tem relevância evidente e importante, sobretudo para os profissionais, assim como toda a população, de modo a clarear epistemologicamente os leitores acerca desse fenômeno, ajudando-nos ainda a estar munidos dos conhecimentos adequados para lidar com pessoas com deficiência. Por fim, toda essa produção tem como objetivo de auxiliar que as pessoas portadoras de deficiência auditiva tenham iguais condições em relação a outras pessoas em meio a sociedade.

Palavras-chave: Deficiência auditiva, Tecnologia Assistiva, Linguagem Brasileira de Sinais.

INTRODUÇÃO

Tratar de deficiência é aventurar-se em um campo amplo, polissêmico e muitas vezes confuso. O conceito refere-se, geralmente, a restrições sociais impostas às pessoas que possuem diferentes habilidades corporais. No entanto, esse conceito vem se modificando para acompanhar as inovações na área da saúde e a forma como a sociedade se relaciona com a população específica (IBGE, 2010).

A abordagem da deficiência evoluiu do modelo médico, que considerava somente a patologia física, para uma compreensão da incapacidade como resultado tanto das limitações corporais quanto da influência dos fatores sociais e ambientais sobre essa limitação. Neste sentido, a deficiência ou a pessoa com deficiência não deve ser considerada um fracasso ou mesmo incapaz, o que deve haver é um contexto social acolhedor da diversidade corporal e dos variados estilos de vida (DINIZ, 2007), a fim de contribuir com a inserção da pessoa com

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, psianapaulamacedo@gmail.com;

² Mestranda em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, suianetavares1@gmail.com;

³ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, valerialucas_araujo@hotmail.com;



deficiência no trabalho e nos diversos espaços sociais de seu cotidiano (DAINEZ e SMOLKA, 2014).

Ainda assim, mesmo diante das tentativas de acolhimento das diferenças corporais, a sociedade elegeu um padrão como sendo o “modelo da normalidade”, classificando como deficiente ou anormal qualquer sujeito desviante deste. Entretanto, Diniz (2007) contrapõe essa visão segregacionista e concebe as variações corporais como um valor estético sendo, pois, um valor moral sobre os estilos de vida, não havendo como descrever um corpo com deficiência como anormal.

Desse modo, com base nas concepções acerca da deficiência, o presente estudo aborda especificamente a importância da língua de sinais como recurso linguístico presente na cultura surda e apresenta algumas problemáticas educacionais e dificuldades encontradas por essa parcela da população em participar plenamente dos diferentes espaços sociais.

METODOLOGIA

Para a composição do presente artigo foi realizada uma pesquisa de base conceitual. As bases de dados utilizadas para a busca foram Scielo, Lilacs e Periódicos Capes, utilizando os termos deficiência auditiva, tecnologia assistiva e psicologia.

Sendo assim, buscou-se apoio nas produções dos autores que mais se destacavam em produções relacionadas a questão da deficiência e psicologia a exemplo de DINIZ, 2007; SANTOS, 2008, 2009; CHAVEIRO e BARBOSA, 2005, entre outros. Tais autores e obras referenciadas ao longo dessa produção foram fontes fundamentais para a construção do nosso raciocínio psicológico, possibilitando o compartilhamento de saberes através deste escrito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão acerca do tema deficiência situa-se em dois polos opostos, definidos pelas ciências sociais e pela biomedicina. O primeiro considera a deficiência como uma manifestação da diversidade humana que requer uma postura adequada da sociedade para reconhecer as diferentes necessidades que os corpos diversos demandam (SANTOS, 2008). No polo oposto, a medicina sustenta a visão da deficiência como uma restrição corporal que necessita de cuidados biológicos para que as pessoas tenham uma melhor qualidade de vida. Desse modo, Santos (2008) aponta que compreendendo a deficiência como uma desvantagem



social, a adequação dos ambientes sociais para torná-los inclusivo seria a via para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência; por outro lado, tomando a perspectiva da desvantagem natural proposta pela biomedicina, a intervenção médica seria a única opção para a melhoria do bem estar dessas pessoas.

Nesse ponto é possível retomar o pensamento de Goffman sobre como os ambientes sociais são por si só capazes de estabelecer parâmetros e valores sobre o que seria normal ou patológico – processo que contribui para o fortalecimento do estigma e da segregação. Essa compreensão da deficiência como um fenômeno no âmbito da patologia ou da anormalidade ficou conhecido como o Modelo Médico da Deficiência (DINIZ, 2007). A partir dessa visão o corpo portador de restrições era passível de ser submetido a intervenções cirúrgicas ou estratégias de reabilitação, de modo que os corpos em sua experiência privada e individual eram oprimidos por causa da lesão corporal e restrições consequentes dela (SANTOS, 2008).

Em meados da segunda metade do século XX a soberania do discurso médico sobre a deficiência foi questionada e houve um impulso para a criação do Modelo Social da Deficiência. Considerando o contexto capitalista e a opressão que esse sistema impunha às pessoas deficientes quando não os consideravam aptos para o trabalho devido ao seus corpos com lesões, enfatiza-se que “a tese central do modelo social desloca para a organização da sociedade a necessidade de enfrentar a deficiência como uma questão pública, e não mais somente restrita à esfera privada e dos cuidados familiares” (SANTOS, 2008). Dessa forma, a lesão seria uma característica corporal e, em contrapartida, a deficiência seria o resultado da opressão e discriminação sofrida pelas pessoas em decorrência da organização social pouco adaptada à diversidade corporal.

No Brasil, os dados do Censo de 2000 demonstraram que cerca de 14,5% da população experimentava algum tipo de deficiência, e de acordo com os dados mais recentes do Censo de 2010 essa parcela aumentou para 23,9% da população. Porém, esses dados não são passíveis de comparação, pois a investigação do tema pessoas com deficiência pelo IBGE sofreu modificações ao longo dos levantamentos censitários para se adequar a evolução conceitual sobre deficiência – sendo considerada, no Censo de 2010, a percepção da população sobre suas dificuldades (IBGE, 2010).

Destacando em especial a deficiência auditiva, a surdez caracteriza-se pela perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Entretanto, segundo Hagiara-Cervellini (2003), a sociedade, assim como o próprio surdo, vê a surdez como um estigma. No caso dos surdos, a sua dificuldade auditiva, sua



linguagem e conseqüentemente sua fala prejudicada são os sinais de que eles são diferentes ao que é considerado normal pela sociedade. Ele é estigmatizado, considerado um ser inferior e um desacreditado.

A surdez dificulta a aquisição da linguagem, algo essencial nas relações humanas em sociedade – fato que contribui para que os surdos sejam ainda mais discriminados. Levando em consideração este fato, ao mesmo tempo em que há ações para integrar os estigmatizados na sociedade, há aqueles que criam artimanhas para afastar e evitar a comunidade surda, já que a falta de atributos desejáveis os incomodam e criam aversão. Em consequência disso, muitos daqueles que são estigmatizados se auto-isolam, desenvolvem desconfiança, ansiedade e depressão (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003).

O estigma criado pela sociedade em relação à surdez é caracterizado por uma identidade conferida à pessoa surda. Percebe-se que dentro da comunidade surda o uso da comunicação visual é bastante frequente, o que acaba os caracterizando e recriando uma cultura visual que reclama à história a alteridade surda (SANTOS, 2009). Essa comunicação visual contribuiu para o estabelecimento da Língua de Sinais, fazendo com que se tornasse o elo comum dentre tantas identidades surdas.

Entretanto, apesar da Língua de Sinais ter sido uma conquista da comunidade surda, ela ainda é pouco difundida devido aos entraves encontrados diante aos métodos pedagógicos escolares que não contemplam os sujeitos surdos. Santos (2009) salienta também a importância de considerarmos a Libras como sendo a língua materna do sujeito surdo, porém corrobora a visão acerca da dificuldade de inclusão do sujeito surdo devido ao impasse deles estarem em um contexto em que não poderão construir sua identidade, pois eles estão no meio de pessoas ouvintes.

Tratando especialmente da deficiência auditiva e as tecnologias assistivas, sabe-se que pessoas com deficiência apresentam características próprias, que muitas vezes as tornam vítimas de preconceito, discriminação e conseqüentemente exclusão da sociedade. Diante disso, surgem obstáculos e, por sua vez, a necessidade de pensar possibilidades de maior inclusão dessa parcela da população e reduzir a opressão por parte da estrutura social que está posta.

Em vista disso, em 2006 foi instituído pela Portaria nº 142 o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto nº 5.296/2004 no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, na perspectiva de dar legitimidade ao aperfeiçoamento e desenvolvimento de tecnologias assistivas no Brasil (SEDH, 2009).



De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (2009) a Tecnologia Assistiva (TA) é uma área do conhecimento que objetiva promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidades reduzidas, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Assim sendo, é necessário destacar elementos que visem à promoção dos direitos humanos, de maneira que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de alcançar sua autonomia e independência em todos os aspectos de suas vidas – de modo que os obstáculos sejam eliminados e a essas pessoas possam ser asseguradas inclusão e acessibilidade, em bases iguais com as demais pessoas (SEDH, 2009).

Nesse contexto, a TA pode contribuir para eliminação dos obstáculos e permitir maior acessibilidade, proporcionando a valorização, a integração e a inclusão dessas pessoas, bem como a promoção dos seus direitos humanos (SEDH, 2009). Para Rodrigues e Alves (2013), a TA representa uma área em ascensão a qual está impulsionada, sobretudo, pelo novo paradigma da inclusão social. Dessa forma, podemos falar na participação das pessoas com deficiência nos diversos ambientes da sociedade – sobretudo as pessoas com deficiência auditiva, público em questão deste artigo, tendo em vista que a interação com o meio social possibilitará a otimização do seu desenvolvimento, devido ao seu processo de comunicação ser afetado de forma irreversível.

De acordo com Chaveiro e Barbosa (2005) a pessoa com deficiência auditiva apresenta um problema de ordem sensorial, o que dificulta a sua comunicação pelas línguas orais. Por sua vez, tais pessoas recorrem a outros canais de comunicação para que possam se expressar. Diante disso, podemos dizer que a comunicação é uma barreira na interação das pessoas com deficiência auditiva, desse modo é imprescindível proporcionar meios para que a inclusão dessas pessoas possa acontecer de fato, já que eles podem ser classificados como surdos totais e surdos parciais. O primeiro termo refere-se aquele em que a audição não é funcional, já o segundo caracteriza aquele que a audição, embora deficiente, é funcional, com ou sem prótese auditiva (PAGLIUCA et al., 2007).

Ante a dificuldade das pessoas com deficiência auditiva surgiu a Libras ou Língua Brasileira de Sinais – linguagem utilizada pelos surdos. Tal língua tem a finalidade de uniformizar os gestos emitidos pelos surdos no ato da comunicação. A linguagem é um instrumento de poder e aos surdos não pode ser negado o direito de usufruir dos benefícios de uma língua (CHAVEIRO e BARBOSA, 2005). Cabe ressaltar que, segundo Pagliuca et al. (2007), em nosso meio a língua de sinais ainda é pouco difundida, até mesmo entre os



deficientes auditivos, visto o número de instrutores serem escasso e ainda haver pouca literatura a esse respeito. As autoras apontam que a comunicação se configura como uma forma de compreender e compartilhar mensagens enviadas e recebidas, sendo imprescindível buscar estratégias de comunicação que possibilitem, sobretudo, inclusão e acessibilidade por parte das pessoas com deficiência auditiva. Dessa maneira, as Tecnologias Assistivas podem ser uma das formas de garantir maior acessibilidade para essas pessoas, com a oferta de recursos e serviços, de maneira a garantir a participação de todos.

Com base nessas questões, observamos que a acessibilidade e a inclusão estão relacionadas a determinadas tecnologias e não somente a forma como a sociedade acolhe a diversidade. Assim, como apontam Oliveira e Mill (2016), a tecnologia aliada às necessidades que emergem dos contextos sociais se torna produtiva no processo de transformação das relações sociais de exclusão. Dessa maneira, a sociedade se adapta para atender as necessidades das pessoas com deficiência trazendo para dentro do sistema o grupo de “excluídos” e concomitantemente a isso melhor a qualidade de vida de todos (CHAVEIRO e BARBOSA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto pôde-se conhecer um pouco mais a realidade enfrentada por pessoas portadoras de deficiência – pessoas estigmatizadas, com base no estudo das interações e das relações humanas. Também foi possível conhecer os conceitos utilizados pelos estudiosos e suas variações no decorrer dos anos, percebendo que as pessoas com deficiência podem ter uma maior qualidade na atuação social por meio de Tecnologias Assistivas – que contribuíram para garantir a participação plena e efetiva dessas pessoas nos diferentes espaços sociais, como produto de um direito universal.

Dessa forma, o presente estudo cumpre com o objetivo proposto, apresentando-se de grande relevância na caminhada pela busca de inclusão dos deficientes no âmbito social e no rompimento de práticas segregacionistas dentro desses espaços. Assim, é essencial que profissionais e demais pessoas da população estejam cientes desses processos discriminatórios enraizados e reproduzidos no cotidiano, a fim de que seja conferida autonomia e cidadania a todas as pessoas com deficiência. A produção e divulgação desse estudo certamente contribuirá para clarear epistemologicamente os leitores acerca da deficiência auditiva, ajudando-os a estar munidos dos conhecimentos adequados para lidar com essas pessoas.



Sendo assim, este trabalho pretende ser apenas o início do diálogo e exposição desses processos, cabendo mais aprofundamentos futuros sobre outros aspectos cotidianos que envolvam, em especial, os deficientes auditivos e o uso de linguagens assistivas. Além disso, como sugestão para estudos futuros, sugere-se a produção vinda de escritores com deficiência auditiva, que possam dar ênfase às dificuldades relacionadas às tecnologias assistivas e a realidade prática vinculada às medidas elencadas pelo Comitê de Ajudas Técnicas.

REFERÊNCIAS

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005.

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 4, p. 1093-1108, 2014.

DE AJUDAS TÉCNICAS, Comitê. *Tecnologia assistiva*. Brasília: Corde, 2009.

DEFICIÊNCIA, O. Que É. O QUE É DEFICIÊNCIA. Diniz D. São Paulo: Editora Brasiliense; 2007. 96 pp. (Coleção Primeiros Passos, 324). *Cad. Saúde Pública*, v. 23, n. 12, p. 3066-3069, 2007.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. *A musicalidade do surdo: representação e estigma*. Plexus Editora, 2003.

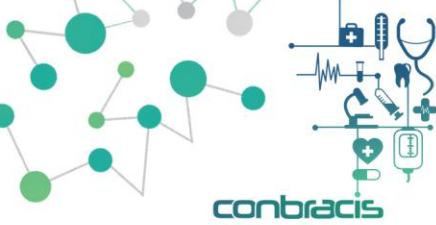
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. 2010.

OLIVEIRA, Camila Dias de; MILL, Daniel. Acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva: um estudo bibliométrico. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 11, n. 3, p. 1169-1183, 2016.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; FIÚZA, Nara Lúcia Gregório; REBOUÇAS, Cristiana Brasil de Almeida. Aspectos de la comunicación de la enfermera con el deficiente auditivo. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 41, n. 3, p. 411-418, 2007.

RODRIGUES, Patrícia Rocha; ALVES, Lynn Rosalina Gama. *Tecnologia assistiva-uma revisão do tema*. 2013.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. *Physis: revista de saúde coletiva*, v. 18, p. 501-519, 2008.



**IV Congresso
Brasileiro de
CIÊNCIAS da
SAÚDE**

Saúde Populacional:
Metas e Desafios
do Século XXI

ISSN 2525-6696

20 a 22 de agosto de 2020
Centro de Convenções de João Pessoa
João Pessoa - PB
www.conbracis.com.br

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS (SEDH, 2009). Tecnologia assistiva. Brasília: CORDE.